

Christophe Darmangeat

A OPRESSÃO DAS MULHERES, NO PASSADO E PRESENTE – PARA ACABAR NO FUTURO!

UMA PERSPECTIVA MARXISTA

Este livreto foi redigido a pedido da associação *Table Rase*, no quadro de uma conferência-debate organizada em 16 de dezembro de 2010. Algumas modificações menores foram feitas em junho de 2014 e em outubro de 2016.

Ele retoma os principais argumentos do livro *Le communisme primitif n'est plus ce qu'il était – aux origines de l'oppression des femmes* (O comunismo primitivo não é mais como era – as origens da opressão das mulheres), Smolny, 2009 (nova edição revista, 2012).

Continue a discussão no blog do autor: <http://cdarmangeat.blogspot.com>

Tradução : Rodrigo Silva do Ó

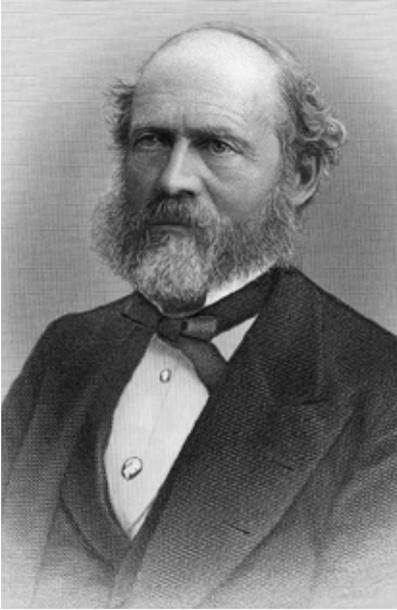
Se interessar pelas relações entre os sexos na pré-história e nas sociedades primitivas, que ideia! Como um dia me falou um amigo, ao ouvir sobre o tema do meu livro: « *É, tem gente que tem tempo pra isso !* » Mesmo assim, se à primeira vista esse tema pode parecer muito afastado dos problemas atuais, e reservado apenas a um pequeno círculo de especialistas, o seu interesse ultrapassa, e muito, o simples prazer do conhecimento pelo conhecimento. A opressão das mulheres continua, de fato, representando um dos traços marcantes da nossa época – mesmo que muitas sociedades do passado não tenham nada a invejar, desse ponto de vista. Para todas e todos que queiram lutar para que essa opressão desapareça, é crucial identificar as suas raízes e seus mecanismos, porque é somente compreendendo um fenômeno que podemos combatê-lo eficazmente. Esta era já a convicção dos fundadores da corrente socialista, na época em que esse nome ainda significava a derrubada completa do capitalismo e a instauração de uma sociedade igualitária. Um século e meio depois, os que não desistiram de transformar o mundo não têm nenhum motivo para mudar esta atitude saudável.

O MARXISMO, A ANTROPOLOGIA E O FEMINISMO

Para muitos militantes que, no século XIX, reivindicavam o projeto socialista, e particularmente para os da corrente marxista, a questão feminina era de extrema importância. Para Marx e Engels, as mulheres das classes populares tinham um interesse particular na derrubada do capitalismo, o de pôr um fim à dupla opressão de que elas eram vítimas, tanto como mulheres, quanto como proletárias. Sobre essa questão, eles se enfrentariam, algumas vezes duramente, contra outras correntes socialistas, por exemplo, os proudhonianos, que achavam que lugar de mulher era em casa, e que um dos crimes do capitalismo era destruir a família tradicional.

MORGAN E A SOCIEDADE ARCAICA

Então, não causa surpresa que Marx e Engels tenham se entusiasmado com a leitura dos trabalhos do antropólogo Lewis Morgan, cuja obra maior, *A Sociedade Arcaica*, foi publicada em 1877. Morgan foi um jurista americano perfeitamente contemporâneo de Marx – nasceu no mesmo ano que ele. Ele se consagrou ao estudo dos índios iroqueses, uma confederação de tribos que vivia no nordeste dos Estados Unidos. Mas Morgan não parou por aí. Sobre a base de uma pesquisa imensa, que sintetizava descobertas recolhidas em todo o globo, ele tentou reconstruir as etapas da evolução das sociedades humanas, no plano material, mas também e, sobretudo, no da organização social. Os trabalhos de Morgan, aos olhos de Marx e Engels, apresentavam, portanto, um interesse considerável. Eles lançavam, de uma só vez, luz sobre milênios de evolução social que precederam a história escrita, e sobre os quais, na época, não se sabia praticamente nada. Eles permitiam verificar que o método que eles mesmos haviam criado para compreender as sociedades humanas se aplicava tão bem às épocas recuadas



Henry Lewis Morgan (1818-1881)

quanto aos tempos modernos. Este método, o materialismo histórico, consistia em pesquisar as causas mais profundas da evolução das sociedades não nas ideias ou na mentalidade dos homens, fenômenos que, eles mesmos, deveriam ser explicados, e sim nas suas condições materiais de existência.

Morgan mostrava que muitas instituições, consideradas na sua época como “naturais”, ou seja, universais e imutáveis, eram, na verdade, frutos de uma evolução histórica. Isto era particularmente o caso das formas fami-

liares, que ele considerava que estavam ligadas às palavras de que os diferentes povos se utilizavam para designar os seus parentes; uma parte importante das suas pesquisas consistia precisamente em classificar e compreender essas designações. Também era o caso da situação das mulheres, que os iroqueses mostravam que poderia ser muito diferente do que se imaginava, em geral, na época.

UM MARIARCADO PRIMITIVO?

Até a metade do século XIX, na verdade, se pensava geralmente que as mulheres eram tanto mais oprimidas quanto mais se voltava ao passado distante. Os gregos da Antiguidade as tratavam como menores durante a vida inteira. Os judeus do Antigo Testamento não manifestaram uma opinião mais elevada. Era presumido então, naturalmente, que o homem dito “das cavernas” levava a sua esposa ao leito conjugal puxando-a pelos cabelos,

depois de lhe haver dado um belo golpe de clava.

É claro, já se sabia que, em alguns povos distantes, as coisas eram muito diferentes. No começo do século XVIII, o jesuíta Lafitau (1681-1746) já tinha descrito a sociedade iroquesa, que ele conhecia bem, por haver vivido nela durante muitos anos, como uma “ginecocracia”, um “império das mulheres”. Lafitau afirmava inclusive que os iroqueses eram aparentados diretamente a certos povos bárbaros da alta antiguidade, como os lícios do sul da atual Turquia, sobre os quais vários

autores gregos relataram o papel de primeiro plano que as suas mulheres desempenhavam. Mas, durante mais de um século, as teorias de Lafitau, muito conjecturais, tiveram somente pouca influência.

As coisas mudaram com a publicação, em 1861, do Direito Materno, obra do jurista suíço Jakob Bachofen, que teve uma difusão considerável. Bachofen retomava a ideia de que os iroqueses eram a imagem viva do passado distante dos gregos. Assim como os iroqueses, vários povos bárbaros, dos quais os gregos vieram, reconheciam unicamente a filiação em linha feminina. Tendo um papel crucial como mães, as mulheres estavam numa posição que não tinha nada de inferior ou aviltante. Ao contrário, elas eram muito consideradas, tanto na sociedade como no panteão: Bachofen acreditava na existência de uma religião antiga e universal da Deusa Mãe. Segundo ele, esta proeminência das mulheres tinha culminado sob a forma de “amazonato”, ou seja, o domínio armado sobre os homens. Depois, eles conseguiram reverter os



Um iroquês, numa representação do século XVIII



Johann Jakob Bachofen (1815-1887)

papeis e impor o patriarcado, do qual as sociedades ocidentais nunca saíram. Além das narrativas dos autores gregos, Bachofen mobilizava em seu apoio traços arqueológicos (inscrições tumulares) e principalmente a análise dos mitos, nos quais ele acreditava haver necessariamente uma parcela de verdade histórica.

Na sua análise sobre a situação das mulheres, Morgan se apoiou diretamente em Bachofen, do qual ele generalizava as

conclusões para o conjunto das sociedades do planeta. Assim, segundo o esquema evolucionista que ele propunha, cada povo tinha passado, no início, por um estágio em que a sociedade era organizada em grupos de parentesco, aos quais o pertencimento se transmitiria exclusivamente pelas mulheres – o que chamamos, modernamente, de matrilinearidade. Inicialmente, portanto, as mulheres tinham gozado de uma situação realmente invejável. Foi somente na Idade dos Metais que a evolução econômica modificou a correlação de forças a favor dos homens, criando a subordinação das mulheres, em todas as sociedades em que existem classes sociais e Estado. Para Morgan, a dominação masculina, portanto, era um fenômeno relativamente recente na evolução social. Desconhecida durante toda a “Selvageria” (que nós chamaríamos hoje de Paleolítico) e nos primeiros estágios da “Barbárie” (o Neolítico), ela teria aparecido somente no final desta, na aurora da “Civilização”. As razões desse deslocamento eram devidas ao desenvolvimento das riquezas, essencialmente os rebanhos e os escravos, que eram acumulados por mãos masculinas. Os homens,

desejando transmitir os seus bens aos seus filhos (e não, como no regime matrilinear, aos sobrinhos), teriam revertido a matrilinearidade e instaurado a patrilinearidade, a filiação pelos homens. E, para terem certeza de sua paternidade, eles teriam privado as mulheres da sua liberdade anterior, notadamente no plano sexual.

**Períodos da pré-história e situação das mulheres
(Morgan – Engels)**

SELVAGERIA Paleolítico		BARBÁRIE Neolítico			CIVILIZAÇÃO período histórico
Médio Fogo, pesca	Superior Arco	Inferior Agricultura	Médio Irrigação Criação	Superior Ferro	Escrita Cidades Estado
Australianos	Atapascanos	Iroqueses	Pueblos	Germânicos	
Matrilinearidade (“direito materno”) Lugar “proeminente” das mulheres					
					Patrilinearidade - Patriarcado “derrota histórica do sexo feminino”

Engels não tinha nenhum motivo para duvidar deste cenário, e o retomou à sua maneira, na obra que criou em 1884, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. No começo, era o próprio Marx que desejava apresentar as descobertas de Morgan ao público operário e socialista, e que juntou numerosas notas com este fim. Mas a morte o impediu, e a tarefa recaiu sobre os ombros de Engels. Apesar de subscrever muitas teses de Morgan, Engels mostrou, apesar disso, certa prudência em relação às afirmações mais radicais de Bachofen; por exemplo, o termo “matriarcado” não é usado nenhuma vez no corpo do texto. Ele só aparece uma vez, num prefácio redigido muitos anos mais tarde, sendo simplesmente atribuído a Bachofen.

Sobre a situação das mulheres, ao que Morgan afirmava sobre

o passado, Engels juntava o pensamento elaborado pelos socialistas, tanto sobre o presente como sobre as condições e as vias da emancipação. Engels insistia em particular sobre o fato de que esta passava pelo acesso das mulheres à produção social, ou seja, pela sua independência econômica em relação aos homens. A libertação futura das mulheres, portanto, faria eco, como num espelho invertido, aos mecanismos que haviam levado à sua subordinação, alguns milênios atrás.

Seguindo Morgan, Engels escreveu frases como “*Entre todos os selvagens e todos os bárbaros do estágio inferior ao estágio médio, e mesmo em parte do que estão no estágio superior, a mulher está numa situação não somente livre, mas também altamente respeitada*”, ou “*a subordinação de um sexo ao outro, (...) [o] conflito entre os sexos [é] desconhecido (...) durante toda a pré-história*”. Eram afirmações baseadas nos conhecimentos etnográficos da época, que eram muito parciais.

NOVAS DESCOBERTAS, NOVAS POLÊMICAS

As décadas que se seguiram foram de um estranho paradoxo.

À medida que os conhecimentos etnográficos se acumulavam, dúvidas cada vez maiores surgiram sobre o pensamento de Morgan. Desde o fim do século XIX, e mais ainda depois, muitas das generalizações que ele tinha feito se revelaram prematuras. Mas, enquanto as teorias de Morgan eram cada vez mais criticadas no mundo acadêmico, elas eram cada vez mais defendidas, às vezes cada vírgula delas, por militantes que reivindicavam o marxismo.

É claro que os dois fenômenos não eram estranhos um ao outro. Pelo contrário, eles se alimentavam mutuamente. De certa forma, desde a sua publicação, as ideias de Morgan tinham sido anexadas pelo marxismo. Criticar Morgan, assim, era um meio excelente, para os antropólogos com opiniões conservadoras sobre a sociedade de hoje (que não eram poucos), de atingir por tabela a corrente marxista.

Dentro desta, continuou a reinar, durante alguns anos, uma

atmosfera de livre discussão. Então, algumas das teses de Morgan e, portanto, de Engels, foram rapidamente postas em causa pelo desenvolvimento do conhecimento etnológico. A dirigente bolchevique Alexandra Kollontai, por exemplo, utilizou essas descobertas no começo dos anos 1920, nas suas *Conferências sobre a libertação da mulher*¹. Mas o debate foi rapidamente esterilizado pelo stalinismo. Criticar Morgan era criticar Engels; e se era permitido criticar livremente Engels, por que não Stálin e seu regime? Assim, os privilegiados que usurparam o poder na Rússia fizeram com os escritos dos fundadores do marxismo o mesmo que fizeram com os restos mortais de Lênin: os mumificaram, preservando escrupulosamente a aparência, para melhor trair o seu espírito.

O novo interesse que surgiu pelas questões feministas e, em menor medida, pelas ideias marxistas, nos anos 1970, provocou discussões ardentes sobre a pré-história, a existência de um matriarcado primitivo e a origem da opressão das mulheres. Dois grandes campos se enfrentaram. De um lado, estavam os que insistiam em que todas as sociedades, sem exceção, conheceram, de uma forma ou de outra, a dominação masculina. A conclusão explícita era de que a opressão das mulheres não se reduzia à questão das classes sociais e da exploração. Consequentemente, ao contrário do que a corrente marxista afirmava



Alexandra Kollontai (1872-1952)

tradicionalmente, a revolução social futura não resolveria automaticamente a questão feminina. Contra essa posição estavam os que mantinham, de uma forma ou de outra, que tinha havido um matriarcado primitivo (dando, às vezes, a esse termo, senti-

dos muito diferentes) e que negavam que a dominação masculina tenha podido aparecer em sociedades anteriores à Idade dos Metais. Essa corrente incluía, mas não somente, defensores de posições marxistas tradicionais, herdadas de Morgan, na linha de frente dos quais estava a antropóloga americana Eleanor Leacock.

Mesmo retomando os termos de um debate do século XIX, essa discussão fazia intervirem vários elementos novos. O século que tinha se desenrolado tinha, de fato, enriquecido o material a partir do qual se poderia raciocinar sobre a história (e a pré-história) das relações entre os sexos.

Os que continuaram a defender a existência de um matriarcado primitivo poderiam, assim, invocar, além dos argumentos já presentes em Bachofen ou Morgan, o número considerável de representações femininas, gravuras e principalmente estatuetas, deixadas pelas eras remotas da humanidade. Essas estatuetas,



A “Vênus” de Willendorf (cerca – 23000)

chamadas de “Vênus” ou de “Deusas-Mães”, dependendo do contexto, eram encontradas tanto em sítios neolíticos, como do paleolítico superior. Seja interpretadas como marcas de um culto a uma divindade feminina – a defensora mais encarniçada desta tese foi a arqueóloga Marija Gimbutas (1921-1994) – ou não, elas foram consideradas frequentemente como índice de uma alta consideração pelas mulheres e pela feminilidade. Além disso, os progressos da etnologia igualmente confirmaram que os iroqueses não eram uma exceção: em várias sociedades primitivas, vivendo da caça ou da agricul-

tura, as mulheres ocupavam um lugar considerável.

Por outro lado, igualmente se acumularam testemunhos sobre sociedades, também de níveis técnicos muito variados, em que as mulheres pareciam ser claramente dominadas pelos homens. Essa dominação se traduzia notavelmente por atos de violência física ou sexual exercidos num contexto ritual ou profano. Ela era, muitas vezes, formalizada e expressa no plano religioso por crenças que proclamavam e organizavam a inferioridade das mulheres. Em vários casos, só os homens adultos, depois de uma longa iniciação, tinham acesso a ritos que os permitiriam penetrar nos segredos da religião e manipular objetos que as crianças e mulheres eram proibidas de ver ou se aproximar, sob pena de morte.

Esses elementos traziam grandes problemas à sequência de eventos reconstituída por Morgan e amplamente retomada por Engels. Os defensores das posições marxistas tradicionais também desqualificaram esses elementos, ou negando a realidade da opressão masculina nessas sociedades, ou a aceitando, mas a atribuindo aos efeitos do contato desses povos com o Ocidente.

Em alguns casos, essa argumentação era justificada. Mesmo assim, ela não permite recusar o conjunto dessas observações, que formam uma massa considerável. Não se pode, sob pena de torcer os fatos, negar a existência de formas muito numerosas, algumas muito duras, de dominação masculina até mesmo em sociedades economicamente igualitárias, que de maneira alguma se deviam à influência de sociedades mais avançadas. A partir de então, a atitude correta não pode ser defender, custe o que custar, em nome da ortodoxia, um esquema ultrapassado, e sim mudar o raciocínio e se esforçar para explicar, sempre com ajuda do método marxista, estes fatos novos.

A COLETA DOS FATOS

A primeira das tarefas, então, é levantar os fatos, se esforçando para descartar tudo o que pode se dever a um artefato – seja o contato com sociedades desenvolvidas, vieses ligados ao observador ou à interpretação dos testemunhos, coisas às vezes muito difíceis de perceber.

Apesar de tudo, esse trabalho deixa um primeiro resultado: em todos os estágios do desenvolvimento econômico e social, e mesmo nas sociedades mais igualitárias, são encontrados exemplos reconhecidos de dominação masculina, algumas vezes informal, outras bem explícita e organizada.

Ilustremos com alguns casos.

OS CAÇADORES-COLETORES NÔMADES

1. Os Inuits

Não existe religião iniciática entre os Inuits, nem em geral a organização separada dos homens para justificar e codificar a dominação sobre as mulheres. De certa forma, podemos dizer que, nesse povo, a dominação masculina era informal. Mas não era menos palpável. Os homens, pelo menos em certos domínios (em particular o sexual) podiam impor a sua vontade às mulheres sem que a sociedade achasse. Assim, no norte do Alasca: *“Depois da puberdade, uma menina é considerada simplesmente como um objeto sexual pelo homem que a deseja. Ele a prende pela cintura como sinal das suas intenções. Se ela resistir, ele pode rasgar a sua calça com uma faca e obrigá-la a ter uma relação sexual. A menina consentindo ou não, as suas relações sexuais de passagem são vistas como um assunto sem importância particular pelos Inuits. Elas não constituem motivo de vendeta por parte dos seus parentes (...) A agressão física e verbal entre os homens é reprovada, mas a agressão sexual contra as mulheres sob a forma de raptos ou estupro é corrente².”*



Atanarjuat, herói inuit do filme de A. Kunuk (2001)

O único limite às ações dos homens consistia em quando ele ultrapassava as prerrogativas de outro homem: os conflitos por causa das mulheres era o principal motivo das brigas, que frequentemente terminavam com a morte de um dos protagonistas.

Outro etnólogo mostra o papel particular desempenhado pelas mulheres idosas, que serviam, de certa forma, como uma correia de transmissão da dominação masculina sobre as jovens – um fato muito conhecido, do qual muitos se valeram para tentar minimizar o grau da inferiorização das mulheres: *“A jovem era submetida ao homem e às mulheres mais idosas até que tivesse filhos, e que pudesse, por sua vez, controlar as suas noras. A poliginia, muito mais frequente que a poliandria, a troca de esposas, habitualmente organizada pelos homens, e a maior liberdade sexual extramarital do homem, eram outras expressões da dominação masculina”*³.

2. Os Selk’Nam (ou Ona)

Os Selk’Nam, uma tribo de caçadores-coletores que vivia na Terra do Fogo, tinham uma religião iniciática aberta somente aos

adultos do sexo masculino. Estes se pintavam para encarnar os espíritos que, nas cerimônias, aterrorizavam as mulheres e crianças.

Um deles, que falava algumas palavras de inglês, respondeu a um marinheiro britânico que se surpreendeu porque os Selk'Nam não conheciam nenhum tipo de chefe: *"Todos somos capitães"*, e depois concluiu: *"E as nossas mulheres são os marinheiros"*⁴⁹.

O mito fundador dos Selk'Nam era edificante: ele contava que, antes, eram as mulheres que dirigiam a sociedade e, um dia, a sua dominação foi derrubada por um levante dos homens. Estes assassinaram todas as mulheres, menos as lactantes, e fundaram uma religião que as manteria para sempre em subordinação. É desnecessário dizer que, ao contrário do que pensava Bachofen, seria muito imprudente tomar essas histórias como argumento; elas não apoiam de maneira nenhuma a autenticidade do matriarcado primitivo. Por outro lado, elas cumprem um papel evidente de jus-



Homens Selk'Nam com pinturas cerimoniais

tificação da ordem existente, tanto para os homens dominantes como para as mulheres dominadas.

Mesmo assim, as coisas são cheias de sutilezas. A inferioridade social das mulheres Selk’Nam, proclamada e reivindicada pelos homens, o fato de que elas pudessem legitimamente apanhar ou levar flechadas em caso de infidelidade ou fuga, não implicavam para nada que o comportamento da mulher ideal tenha sido o de esposa submissa em tudo. Para dar certo, a noite de núpcias deveria até mesmo ser movimentada: *“Não era considerado conveniente para uma nova esposa, seja uma jovem ou uma mulher madura, se dar facilmente. Ao contrário, ela quase sempre fazia uma bela confusão e, quando aparecesse de novo, o marido poderia ostentar uma aparência muito surrada, às vezes até mesmo um olho roxo. Eu me lembro de um homem que me pediu para cuidar de uma ferida grave no antebraço que tinha sido feita pela sua esposa, uma mulher forte e determinada, de grande experiência”*⁵.

3. Austrália

Para o estudo das relações entre os sexos nas sociedades primitivas, esse continente ocupa um lugar muito particular.

Para começar, se trata do único ambiente do planeta onde, quando se estabeleceram os contatos, um território imenso, tão grande como os Estados Unidos, era povoado unicamente por caçadores-coletores nômades que, por assim dizer, não tinham nenhum contato com sociedades de técnicas mais avançadas. Nos outros lugares, os seus homólogos tinham sido relegados aos ambientes menos hospitaleiros: na banquisa do Grande Norte, nas tundras subárticas, nos desertos áridos ou nas espessas florestas equatoriais. Na Austrália, os aborígenes ocupavam ambientes de clima e topologia muito diversificados. A essa particularidade, muito notável em si mesma, se juntava uma originalidade técnica; eles eram os únicos caçadores-coletores observados que ignoravam o arco, e continuavam a caçar com o propulsor.

Portanto, a Austrália representava um conjunto de sociedades de importância crucial para a compreensão das estruturas sociais



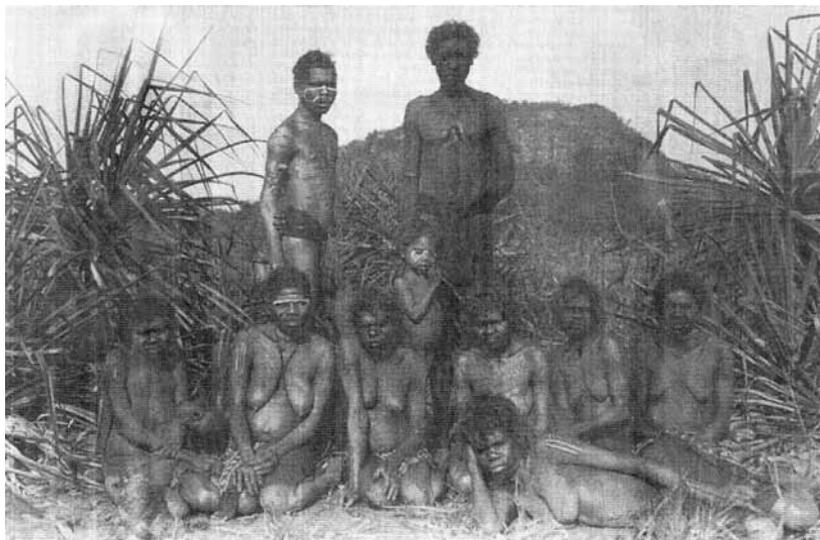
Um aborígene caçando com propulsor. A Austrália era o único continente em que o arco era desconhecido

dos caçadores-coletores igualitários. As relações entre os sexos de lá foram o objeto de numerosos estudos e, sem dúvida, suscitaram muito mais polêmicas do que em qualquer outro lugar. No século XIX, os primeiros testemunhos – muito numerosos – concluíram invariavelmente que havia uma abominável sujeição das mulheres australianas, na maioria das vezes caracterizadas como escravas, no sentido estrito ou, quando muito, figurado.

Como entre os Selk’Nam, a religião australiana reservava os seus segredos mais íntimos para os homens adultos, punindo com a morte a mulher ou criança que olhasse os objetos sagrados. Mais ainda, em muitas tribos, e mais ainda que entre os Selk’Nam, as mulheres eram vítimas de violência física da parte dos homens, seja dentro do quadro familiar, seja nas capturas feitas à força pelos grupos vizinhos. Também não era raro que os homens australianos emprestassem as mulheres uns para os outros para selar a amizade, ou que eles estupassem coletivamente, a título ritual ou penal. A maioria das tribos praticava uma poligamia generalizada que, em algumas regiões, podia alcançar recordes – é relatado o caso de um aborígene que teve 29 esposas durante a vida.

Durante o século XX, alguns pesquisadores – seria melhor dizer, com certeza – algumas pesquisadoras, porque as mulheres foram majoritárias nesse movimento – realizaram trabalhos que colocaram algumas nuances nesta impressão. Longe de serem joguetes nas mãos dos homens, as mulheres tinham as suas próprias estratégias, as suas próprias redes de influência e, muitas vezes, os seus próprios ritos religiosos. Muitas representantes dessa corrente não hesitaram em concluir que a dominação masculina não passava de uma ilusão de ótica.

É claro que não é possível discutir aqui em detalhe os argumentos de uns e de outros. Digamos simplesmente que a verdade estava em algum ponto entre as suas posições. Mesmo que fosse caricatural pintar a situação das mulheres australianas como quase-escravas, e as coisas pudessem variar consideravelmente de uma tribo para outra, a dominação masculina era geral, como escrevem dois especialistas pouco suspeitos de antipatia em relação aos aborígenes: *“No conjunto, um homem possui mais direitos sobre a sua mulher que ela sobre ele. Ele pode repudiá-la ou a*



Um australiano de uma tribo do norte, fotografia do começo do século XX em companhia de suas seis mulheres e sete filhas

abandonar quando quiser sem dar outra razão que o seu bel-prazer. Ela (...) não pode abandoná-lo, a não ser, no fim das contas, que fugindo dele, em outras palavras, tomando um novo cônjuge; mas, nesse caso, o marido tem perfeitamente o direito de se prender a ela e a seu amante. A nova união não é considerada um casamento válido, já que o primeiro marido não renunciou a seus direitos sobre ela ou aceitou uma compensação (...) Além disso, um homem tem o direito de dispor de favores sexuais da sua mulher como quiser, com ou sem o seu consentimento (...) Entretanto, ela não pode fazer o mesmo com ele. Em termos formais, o 'débito de esposa' não tem como contrapartida o 'débito de esposo'. (...) Em resumo, o estatuto das mulheres, tomado globalmente, não é igual ao estatuto dos homens, tomado globalmente ⁶."

Esse julgamento não se deve, como se poderia suspeitar, ao fato dos observadores serem estranhos às sociedades que estudavam. Na sua autobiografia, o aborígine Waipuldanya pôde falar assim da sua mãe: *"Ela era totalmente submissa ao seu marido, o meu pai Barnabé – uma serva, uma genitora para os seus filhos, o papel que lhe era prescrito pela ditadura da tribo em razão de um esquema sociológico inflexível ⁷."*

AGRICULTORES E CRIADORES DE ANIMAIS

No que tange aos povos que conheceram a revolução neolítica e, portanto, devendo pelo menos parte da sua subsistência à agricultura e à criação de animais, também se encontram exemplos flagrantes de dominação masculina – mesmo, é preciso sublinhar, entre aqueles em que as desigualdades materiais entre os indivíduos ainda não se desenvolveram.

Um dos exemplos mais célebres é o dos Baruya da Nova Guiné, estudados pelo antropólogo Maurice Godelier ⁸. Esse povo oferece a imagem de uma organização minuciosa de um sexo pelo outro através de um conjunto de crenças magicorreligiosas. Os homens cultivam de mil maneiras uma ideologia de superioridade sobre as mulheres. A iniciação religiosa dos jovens do sexo masculino exige que eles sejam escrupulosamente separados das meninas e mul-

heres durante toda a adolescência. Até o casamento, eles vivem entre si numa casa especial, aprendendo a duvidar das pessoas do sexo feminino e a se prevenir de seus efeitos maléficos.



Uma reunião de guerreiros baruya

Na sociedade baruya, a superioridade dos homens era marcada em toda parte: nas denominações de parentesco como na geografia, na valorização das atividades econômicas como nos segredos religiosos. Assim, um jovem era considerado automaticamente o irmão mais velho de todas as suas irmãs, mesmo se elas tivessem nascido antes dele. No mesmo espírito, todos os caminhos que serpenteavam nas vilas eram dobrados, um a alguns metros abaixo do outro; naturalmente, o mais elevado era reservado aos homens. Se, apesar de tudo isso, as mulheres cruzassem o caminho dos homens, elas viravam o rosto e o escondiam debaixo da capa, enquanto eles passavam, ignorando-as. As mulheres não tinham – entre outras coisas – o direito de herdar a terra, de portar armas, de fabricar potes de sal. Os equipamentos para desbravar a floresta também lhes eram proibidos, assim como também

era proibida a fabricação dos seus próprios bastões de escavar a terra. Quanto aos objetos sagrados, flautas e joias, eles eram protegidos do olhar dos não-iniciados, mulheres e crianças, sob pena de morte. E se o homem podia, a qualquer momento, repudiar a sua esposa ou lhe dar a quem ele quisesse, ela não podia deixar o marido sem se expor às punições mais severas.

Mesmo sendo um caso extremo, os baruya não são, de forma alguma, uma exceção. O conjunto da Nova Guiné, além das diferenças, às vezes importantes, entre um povo e outro, era todo marcado por uma dominação masculina muito explícita. Algumas dessas sociedades, contrariamente aos baruya, conheciam as desigualdades de riquezas. Mas, de um ponto de vista técnico, todos esses povos se situavam mais ou menos no estágio dos iroqueses, praticando formas rudimentares de agricultura e criação de animais, e utilizando instrumentos de pedra.

Então, não somente os homens das sociedades economicamente desiguais não oprimiam globalmente mais as suas mulheres do que os das sociedades igualitárias, mas era até mesmo nessas últimas que se manifestavam as formas mais abertas da dominação masculina, particularmente as iniciações dos jovens, realizadas com o receio e o terror das mulheres.

A bacia amazônica, onde a desigualdade de riquezas era virtualmente desconhecida, apresenta muitos pontos em comum com a Nova Guiné. Lá, também, seja em sociedades de caçadores-coletores ou agricultores, as mulheres eram globalmente dominadas pelos homens. E lá, também, muitas vezes eles praticavam uma religião de que só eles detinham os segredos, e eles usavam regularmente, e de maneira legítima, de violências sexuais e físicas contra as mulheres. Entre os Amahuaca, *“Em geral, os homens exercem sobre as mulheres uma autoridade considerável (...) Uma vez casado, um homem pode bater [na sua mulher] nos ombros, nos braços, nas pernas, nas nádegas ou nas costas com um bordão especial de madeira dura, que tem uma lâmina achatada com bordas afiadas. Uma cacetada com tal bordão poderia ser tão severa que a mulher ficaria quase incapaz de andar durante vários dias. Uma*



mulher poderia apanhar por ter irritado o seu marido de muitas formas, por exemplo não fazendo a comida quando ele quisesse ou colocando sal demais (um gênero alimentício recentemente adquirido pelo comércio) no seu prato⁸.” Quanto aos Mundurucu, no que para eles era uma piada, um dia fizeram alusão aos estupros coletivos com que puniam as mulheres desobedientes, contando a um etnólogo : “Nós domamos as nossas mulheres com bananas⁹.”

UMA DOMINAÇÃO MASCULINA UNIVERSAL?

Todos esses exemplos vêm de sociedades situadas nos primeiros degraus do desenvolvimento técnico. Eles provam que a dominação masculina é compatível com uma estrutura social desprovida de classes, até mesmo de simples desigualdades econômicas. Este fato, por si só, impõe a revisão do esquema herdado de Morgan: por um lado, ao menos nessas sociedades, é preciso explicar a dominação masculina de outra maneira que pela suposta vontade dos homens de transmitir as suas posses à sua progênie; por outro lado, estas observações sugerem (mesmo se, em si mesmas, elas não provem) que esta dominação masculina remonta a uma época

muito recuada.

Mesmo assim, não podemos considerar a dominação masculina como um traço universalmente compartilhado por todas as sociedades deste tipo.

Os iroqueses não são uma exceção. Tanto entre os caçadores-coletores igualitários como entre os agricultores, foram identificados muitos outros povos em que as relações entre homens e mulheres eram equilibradas, e onde a subordinação das mulheres parecia tênue, senão inexistente.

Entre os caçadores-coletores, podemos citar os bushmen dos desertos do Sul da África, tornados célebres há alguns anos atrás pelo filme *Os Deuses devem estar loucos*. De um dos grupos deles, os Nharo, sabemos que *“parece existir uma igualdade entre os sexos quase total na relação entre as irmãs e os irmãos e, talvez, uma ligeira predominância feminina nas relações entre os esposos.”*¹⁰

Também são assim os indígenas das Ilhas Andaman, no Golfo de Bengala, sobre os quais o primeiro etnólogo a observá-los, no século XIX, relata numa frase impregnada de moral vitoriana que



Uma mulher bushmen

“um dos traços mais marcantes das relações sociais é a igualdade e a forte afeição que se estabelecem entre um marido e sua mulher; observações minuciosas que se estenderam durante anos provam que não somente a autoridade do marido é mais ou menos teórica, como que não é raro que a sua cara-metade o faça andar na linha: em uma palavra, a consideração e o respeito com que as mulheres são tratadas poderiam servir de exemplo a algumas classes da nossa pátria.”¹¹

Mencionemos igualmente os pigmeus Mbuti, da floresta equatorial africana, entre os quais, *“uma mulher não é, de forma nenhuma, inferior a um homem.”¹²*

Esta configuração se encontra igualmente entre os numerosos povos agricultores ou criadores de animais. Além dos iroqueses, citamos os Khasi da Índia, os Minangkabau de Sumatra, os Ngada da Ilha de Flores ou os Na (também chamados de Mosuo) da China, este povo que, fato sem dúvida único no mundo, não reconhece socialmente nem o casamento nem a paternidade.



Mulheres Na (Mosuo) em 1926

Seria impróprio qualificar todas essas sociedades de matriarcados. Este termo, no sentido estrito, significa “poder das mulheres”. Ora, em nenhuma sociedade conhecida, as mulheres detém o poder, ou seja, o poder sobre os homens – enquanto nos patriarcados, os homens detém muito bem o poder sobre as mulheres.

Em algumas delas existe, por outro lado, o “direito materno” de que falava Bachofen: os indivíduos são divididos em

grupos de parentesco, clãs ou linhagens, em que o pertencimento é transmitido unicamente pelo lado feminino. Mas, ao contrário do que poderiam crer Bachofen, Morgan ou Engels, os clãs matrilineares não são necessariamente sinônimo de melhor situação das mulheres. Os Nharo, os Andamaneses ou os Nbuti não possuem clãs e, portanto, matrilinearidade. Isto não impede as mulheres de ocuparem uma posição favorável. Inversamente, a Nova Guiné, a Austrália e a Amazônia contam com numerosas sociedades matrilineares nas quais as mulheres, mesmo assim, são claramente inferiorizadas.

Esses povos em que as mulheres têm uma situação sensivelmente igual à dos homens não são, portanto, se as palavras têm algum sentido, matriarcados. Mas também seria enganoso falar, a propósito delas, em “igualdade dos sexos”. Porque as relações entre os sexos nelas estão a mil léguas da igualdade como a concebemos em nosso mundo moderno.

A DIVISÃO SEXUAL DA SOCIEDADE

QUAL “IGUALDADE ENTRE OS SEXOS”?

O vocabulário que designa as realidades sociais é, muitas vezes, mais enganador do que esclarecedor, e o termo “igualdade entre os sexos”, mesmo consagrado pelo uso, não escapa dessa regra.

É fácil perceber que o que se entende aqui por “igualdade” é, na verdade, identidade – e existe nisso mais que uma nuance, porque duas coisas podem ser iguais mesmo sendo diferentes. Ora, para falar somente da igualdade de direitos, nenhuma feminista sonharia, por exemplo, em exigir que os direitos dos homens e das mulheres sejam “diferentes, mas iguais”. Tal reivindicação não teria nenhum sentido, porque seria absolutamente impossível dizer com que se deveria medir os direitos diferentes para determinar se eles são iguais. O que as feministas sempre exigiram, e que os antifeministas sempre combateram, é simplesmente a identidade entre os sexos; uma identidade não do ponto de vista da biologia, nem é preciso dizer, e sim do ponto de vista da sociedade. É que os homens e as mulheres tenham, para começar, não direitos “iguais”, e sim os mesmos direitos.

Já se sabe há muito tempo – Engels já o explicava de maneira límpida – que a “igualdade” jurídica (tão mal nomeada) não é igualdade real (também mal nomeada): ela é apenas a condição necessária. Assim, esta “igualdade” real será sinônima de uma completa identidade entre os sexos ou, para utilizar um vocabulário mais moderno, da desapareição dos gêneros: na sociedade, homens e mulheres terão não somente os mesmos direitos, mas sim ocuparão, nos fatos, um lugar idêntico. Os dois sexo efetuarão indiferentemente os mesmos tipos de estudos, os mesmos trabalhos e os mesmos tipos de tarefas não remuneradas. Não haverá mais

focos de interesse, nem profissões nem lugares, nem atitudes “de homens” e “de mulheres”. Eis porque alguns puderam dizer que o ideal moderno de igualdade entre os sexos é, de alguma forma, o de uma sociedade assexuada.

Ora, todas sociedades primitivas, sejam quais forem, tanto se os homens oprimirem as mulheres quanto se os dois sexos ocuparem lugares equilibrados, estão nas antípodas desta concepção. Mesmo que nem todas elas designem um valor diferente aos papéis e ocupações de cada sexo, apesar disso elas são marcadas por uma profunda separação entre os sexos, que as faz conceber os homens e as mulheres como duas entidades totalmente diferentes, sobre as quais não é imaginável que possam desempenhar o mesmo papel social. Dito de outra maneira, mesmo que todas as sociedades não fossem machistas, todas eram sexistas, da mesma forma que uma sociedade que atribui aos seus membros tarefas, lugares e comportamentos em função da cor da pele é uma sociedade racista.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Todos os relatos concordam: mesmo que isso varie em grau de um povo para outro, todas as sociedades primitivas se caracterizam por uma divisão sexual do trabalho muito marcante. Esta, por sua vez, respinga por todas as outras dimensões da vida social.

As coisas iam tão longe que, por exemplo, foi possível escrever sobre as tribos do Oeste australiano “*que podemos compreendê-las melhor como dois sistemas separados. Os instrumentos de trabalho, as técnicas empregadas, a organização do trabalho, as formas de distribuição do produto e a ideologia presidindo essas atividades são notavelmente diferentes para os homens e para as mulheres (...)* O único ponto de interseção entre as atividades econômicas masculinas e femininas está no consumo ¹⁴.” E, em toda a Austrália, homens e mulheres eram designados metaforicamente pelo seu utensílio principal: eles eram, literalmente, “lanças” e “bastões”.

A segregação sexual era, algumas vezes, extrema, como entre

os Huli de Nova Guiné: “Os homens e as mulheres (...) vivem em casas independentes, espalhadas pelos jardins, e os celibatários (...) muitas vezes moram separados dos homens casados. (...) Com exceção das crianças, nenhuma pessoa de um sexo entra na casa do sexo oposto. Os jardins huli são divididos igualmente em lotes masculinos e femininos, e a esposa surpreendida nas terras do seu marido será severamente espancada. Disso resulta que os homens e as mulheres recolhem separadamente as suas batatas doces e cozinham a sua comida cada um de seu lado, em sua própria casa. Os dois sexos só consomem alimentos cozidos no mesmo fogão na terra nas refeições comunitárias¹⁵”.

Esta separação é observada mesmo entre os povos desprovidos de uma dominação masculina marcante. Morgan notava isso nos iroqueses: “Os costumes e modos de vida indígenas dividiam

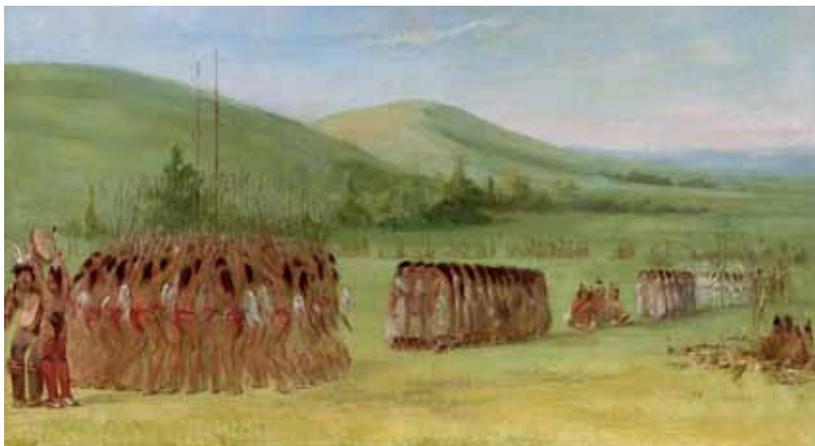


Os huli da Nova Guiné: campeões da decoração corporal... e da segregação sexual

socialmente as pessoas em duas grandes classes, homens e mulheres. Os homens procuravam a conversa e a associação com homens, e era juntos que eles se divertiam ou se submetiam aos deveres mais austeros da existência. Da mesma forma, as mulheres procuravam a companhia do próprio sexo. Entre os sexos havia pouca sociabilidade, no sentido em que entendemos esse termo na sociedade refinada ¹⁶.”

A divisão sexual do trabalho e, por consequência, da vida social, se ressalta tanto mais nessas sociedades, porque elas, na sua grande maioria, ignoravam qualquer outra forma de divisão do trabalho, além da etária. Nesses povos, não existem sacerdotes profissionais, nem soldados, nem funcionários nem comerciantes. Os primeiros artesãos especializados só aparecem com a metalurgia. Todos os homens e todas as mulheres, portanto, executam o conjunto dos trabalhos necessários para satisfazer as suas necessidades, a única repartição, geralmente muito estrita, sendo assim a que existe entre os sexos.

A divisão sexual do trabalho não é somente universal nas sociedades humanas; ela é igualmente um traço próprio da nossa espécie. Em nenhum outro primata os machos e as fêmeas têm atividades diferentes, fornecendo sistematicamente ao outro sexo



*Pintura representando uma cerimônia iroquesa
Significativamente, os homens e mulheres estão separados*

uma parte do seu produto. O seu rigor, assim como as suas modalidades, podem variar de um povo para outro: a tecelagem, a olaria, a construção de habitações, tal ou qual atividade agrícola sendo atribuídas aos homens e em certas sociedades e às mulheres em outras. Mas, além dessas variações, a divisão sexual do trabalho apresenta alguma regularidades dignas de nota.

A FONTE DO PODER MASCULINO

De fato, existe uma regra que não conhece nenhuma exceção e que desempenhou um papel crucial na forma em que se organizam as relações entre os sexos. Em todas as sociedades humanas conhecidas e, à medida que os traços arqueológicos possam nos informar a esse respeito, para todas do passado, a caça – pelo menos as suas formas mais sangrentas, as praticadas com a ajuda das armas mais eficazes – era reservada exclusivamente aos homens. Em todos os lugares e sempre, as mulheres foram excluídas dessa atividade e do manejo das armas mais letais.

Ao contrário do que muitos acreditam, não é tão fácil explicar porque é assim. Todas as razões “naturais” que são geralmente invocadas (mobilidade reduzida devido à maternidade, necessidade de proteger as mulheres devido à sua importância para a reprodução do grupo) têm, na verdade, algo de insatisfatório. Se, a rigor, elas podem explicar porque as mulheres são afastadas temporariamente de tal ou qual forma de caça (como seria o caso de um homem doente ou ferido), elas não explicam porque, em todas as sociedades conhecidas, é o simples fato de ser mulher que a proíbe, por toda vida, de se aproximar de uma arma cortante ou caçar grandes animais. Além disso, nenhum povo explica as proibições de que as mulheres são objeto através de considerações práticas. Todos invocam crenças magicorreligiosas.

Sem levantar uma resposta definitiva a essa questão, que continua sem resolução até o momento, o que se pode ter certeza é que o monopólio masculino sobre a caça e as armas deu aos homens em todos os lugares uma posição de força em relação às mulheres. O sexo que detinha o monopólio das armas exercia, por



*Gravura do Levante espanhol (-5000?)
Todos os traços arqueológicos confirmam
o monopólio dos homens sobre as armas*

isso, um monopólio sobre o que poderíamos chamar de “política externa”, ou seja, a gestão das relações, pacíficas ou belicosas, com os grupos vizinhos. Ora, para a maioria das sociedades primitivas, essa questão é tão onipresente quanto vital. Privadas das armas com que poderiam se defender, as mulheres ficaram, por toda parte, reduzidas ao papel de instrumentos nas estratégias dos homens.

O que é mais comum, de fato, do que trocar mulher para selar uma aliança, ou oferecer, temporaria ou

definitivamente, uma esposa a um estrangeiro como sinal de boa vontade? Entre os inuits, como entre outros povos, as regras de hospitalidade dizem que, além do teto e da comida, o hospedeiro forneça uma mulher, geralmente a sua própria esposa, ao seu convidado. Na Austrália, um grupo que via a chegada de uma pequena tropa hostil tinha o recurso de enviar algumas mulheres ao encontro deles, encarregadas de oferecer seus favores sexuais. A aceitação dessa oferenda pelos agressores significava que a querela tinha terminado. Poderíamos multiplicar os exemplos, como os jivaros (achuar): *“O lugar estratégico do poder masculino é (...) exterior ao modo de produção. Os homens achuar possuem o monopólio absoluto da condução das ‘relações exteriores’ (...) Correlativamente, eles exercem um direito de tutela sobre as suas esposas, irmãs e filhas, e eles são os únicos que decidem sobre o processo geral de circulação das mulheres, seja na forma pacífica de troca com os aliados, seja na forma belicosa do rapto entre os inimigos”*¹⁷.

O monopólio universal dos homens sobre as armas e a caça

explica, portanto, o seu monopólio sobre a guerra e as funções políticas – porque também é uma lei universal que os homens detêm a maioria, senão a totalidade, das funções políticas. Em toda parte, são os homens que são os porta-vozes, e têm o poder decisório oficial; em toda parte, os homens são os conselheiros em nome da coletividade. E até mesmo nas raras sociedades onde as mulheres podem tomar parte nas deliberações, os seus votos, por assim dizer, não têm o mesmo peso que o dos seus homólogos masculinos.



Guerreiros australianos.

Lá, como cá, nessas reuniões as mulheres são muito raras!

É assim que se explica o fato de que, apesar da grande diversidade das relações entre os sexos, nunca tenha sido possível observar um matriarcado. A esfera da guerra e da política representou para os homens uma fortaleza que as mulheres jamais conquistaram. As mulheres, entre os iroqueses ou outros povos, detiveram algumas vezes certos poderes que poderiam se comparar com os dos homens. Mas, ao contrário do que os homens puderam fazer em muitas sociedades, elas não puderam nunca concentrar todos os poderes.

A ECONOMIA, CONTRAPODER FEMININO

Então, é porque os homens em toda parte reinaram sobre as armas que o matriarcado não existiu em lugar nenhum. Mas, porque a autonomia e os poderes das mulheres, principalmente em matéria econômica, algumas vezes foram consideráveis, que elas estiveram, algumas vezes em condições de contrabalançar, parcial ou totalmente, os poderes dos homens.

É surpreendente, de fato, que, em todas as sociedades primitivas em que as mulheres tiveram sensivelmente alguma igualdade com os homens, foi sobre a base da sua influência econômica, Mais uma vez, os iroqueses representavam um caso exemplar. As mulheres iroquesas possuíam campos e casas. Elas geriam as colheitas e os estoques de grãos. Este era o ponto de apoio que as permitia fazer frente a um esposo incorreto ou preguiçoso – e, em último caso, botá-lo porta a fora sem nenhum tipo de processo. No plano coletivo, é esse mesmo ponto de apoio que dava às mulheres a possibilidade de se oporem a algumas das decisões dos homens. A ameaça de se recusar a liberar os grãos, por exemplo, era muito eficaz para tornar impossível uma guerra votada por um conselho da tribo em que só os homens poderiam participar.

Para as mulheres das sociedades primitivas, as posições econômicas, portanto, eram o penhor de uma posição social favorável. Entretanto, essas posições econômicas não decorriam automaticamente da sua participação no trabalho produtivo. Em todas essas sociedades, de fato, as mulheres contribuíam para a produção, fornecendo até mesmo, muitas vezes, a maioria dos alimentos. Contudo, é somente entre alguns povos em que tinham direitos ampliados, até mesmo exclusivos, sobre o produto de seu trabalho. Mesmo assim, isso não as protegia forçosamente da dominação dos homens, como em todas as tribos na Nova Guiné, onde as mulheres é que criavam os porcos, mas os homens é que os comerciavam, por sua conta própria. Nas sociedades que não são organizadas sobre a base do mercado anônimo, a participação das mulheres no trabalho produtivo é uma condição necessária, mas não suficiente, para que elas disponham de seu produto e se



Mulheres minangkabau. Neste povo da Ilha de Sumatra, mesmo islamizado há muitos séculos, são elas que possuem as casas, os campos e mesmo o gado bovino!

beneficiem, ao mesmo tempo, da influência social correspondente.

O monopólio masculino sobre a caça e as armas explica, então, o que existe de universal nas relações entre os sexos, a saber, a ausência do matriarcado. A grande diversidade de prerrogativas das mulheres em matéria econômica explica em grande medida o que existe de variável, porque nesta as mulheres puderam fazer frente aos homens, enquanto naquela elas estão subordinadas em algum grau.

Como for, a profundidade e a importância da divisão sexual do trabalho nas sociedades explica igualmente que a igualdade entre os sexos, no sentido moderno, tenha ficado por toda parte, no sentido próprio, impensável. Os livros de etnologia transbordam de atos ou atitudes de resistência das mulheres contra a sua opressão, como as jovens australianas que fogem com os seus amantes arriscando a própria vida, ou as mães neoguineanas que matam

os seus filhos no nascimento para não dar descendentes a um marido odiado. Mas, mesmo que não faltem reações individuais, não se conhece um só exemplo em que, antes do contato com o Ocidente, as mulheres tenham contestado o próprio princípio da divisão sexual da sociedade, em que elas tenham podido imaginar por si mesmas ter os mesmos direitos que os homens, exercer as mesmas profissões, as mesmas funções, ou seja, ocupar o mesmo lugar social que eles. Para que tal ideia viesse à luz e ganhasse os espíritos, era necessário que a estrutura econômica da sociedade conhecesse reviravoltas formidáveis.

O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO

O PAPEL REVOLUCIONÁRIO DO CAPITALISMO...

O fato de que o capitalismo seja a primeira sociedade de toda a aventura humana a produzir o ideal de igualdade entre os sexos não é nenhum acaso.

O capitalismo é o primeiro sistema econômico que repousa, de alguma forma, sobre o anonimato generalizado. Todos os produtos do trabalho tendem a tomar a forma de mercadorias, ou seja, a ser trocadas por um equivalente chamado “moeda”. Como Marx já mostrou, a moeda representa o trabalho humano, mas um trabalho humano abstrato, ou seja, indiferenciado. Assim, o fato de que os produtos do trabalho passem a ser destinados à venda no mercado mundial significa que as características concretas dos produtores de cada mercadoria, como a sua identidade sexual, se fundem e dissolvam num imenso cadinho, onde subsiste apenas a quantidade de trabalho humano que ela encarna. Nada, no fato de que uma camiseta vale 10 euros e que um carro vale 10 mil, permite saber se um ou outro é fabricado por homens ou por mulheres. Dinheiro é dinheiro, e ele não tem sexo.

O capitalismo não somente estabeleceu a natureza comum dos produtos do trabalho: transformando a força de trabalho em mercadoria, remunerando com a mesma moeda todos os assalariados, tanto masculinos como femininos, ele também estabelece a natureza comum dos próprios trabalhadores. “Salário igual para trabalho igual!” Esta reivindicação emblemática das mulheres proletárias o exprime da maneira mais clara possível.

Estas evoluções, por si mesmas, não suprimem a divisão sexual do trabalho, nem o seu caráter desigual; elas não impedem que as mulheres podem, de fato ou de direito, ser segregadas em determinados empregos ou ser vítimas de proibições. Mas, e este é o ponto crucial, elas criam as condições para a sua desapareição, demonstrando cotidianamente que, a partir de então, os trabalhos dos homens e os das mulheres não existem cada um de um



*“Queremos igualdade entre os sexos!” foto tirada do filme *We want sex equality* (2010), sobre a greve das operárias da Ford de Dagenham, em 1969, que exigiu salários iguais aos dos homens*

lado, em esferas separadas, e sim que eles têm a mesma natureza, a mesma substância, de que a moeda é a medida.

Assim, instaurando a troca generalizada dos produtos do trabalho, e dos próprios trabalhadores, pela moeda, o capitalismo, pela primeira vez na história, fez nascer, tanto nos fatos como nos espíritos, o trabalho humano abstrato. E, estabelecendo assim a natureza comum do trabalho e dos trabalhadores dos dois sexos, ele quebrou uma barreira milenar e abriu o caminho para uma concepção de sociedade em que o sexo não seja mais base para a distinção entre os seres humanos, nem no trabalho nem no resto da vida social.

Na longa marcha que levou a humanidade ao caminho de uma produtividade crescente, a divisão sexual do trabalho foi o primeiro passo. Não poderia, sem dúvida, ser diferente: a diferença entre os sexos é uma coisa evidente, e fornecia a matéria-prima

a uma primeira especialização dos trabalhadores. Depois disso, com os progressos da economia, da ciência e da técnica, a divisão do trabalho não parou de se aprofundar. No decorrer do tempo, novos ofícios apareceram, dezenas, depois centenas, tornando a imemorial divisão sexual do trabalho objetivamente cada vez mais ultrapassada. Mas, enquanto os produtos ainda não eram mercadorias, enquanto ainda se usavam formas econômicas em que os produtores poderiam ser identificados diretamente através de seus produtos e, portanto, assimilados a eles, onde a própria força de trabalho ainda não tinha se transformado em mercadoria, estes progressos suplementares poderiam ainda se efetuar no quadro geral fixado pela divisão sexual. Existiam cada vez mais ofícios de todos os tipos; nada os impedia de continuarem a ser ofícios de homem e ofícios de mulher. É esta barreira que o capitalismo contribuiu para derrubar. Generalizando a forma-mercadoria, ele fez aparecer uma nova realidade, a do trabalho indiferenciado sexualmente, que permite entrever o tempo em que a divisão sexual do trabalho será jogada ao monte das velharias ultrapassadas, *“ao lado do Estado, da roda de fiar e do machado de bronze”*, parafraseando Engels.

É neste sentido que o capitalismo, na questão da emancipação das mulheres como em tantas outras, cumpriu um papel revolucionário. Não que, em si, a situação das mulheres seja “melhor” que nas sociedades anteriores. Neste grau de generalização, esta apreciação não tem muito sentido. E a situação das mulheres no capitalismo, dependendo da época, do país e do meio social, é tão diversa quanto poderia ser nas primeiras sociedades humanas. Mas, do mesmo modo que ele criou as bases econômicas e sociais que tornam caducas as fronteiras nacionais e a posse privada dos meios de produção, ele tornou caduca a divisão das tarefas e dos papéis sociais segundo o sexo.

... E A NECESSIDADE DE DERRUBÁ-LO

Poderíamos nos perguntar sobre a possibilidade de acabar com a opressão das mulheres sem destruir os fundamentos da

exploração e de todas as opressões, ou seja, sem destruir o próprio sistema capitalista. É esta a escolha que fazem muitas feministas, que militam somente no terreno da luta contra a dominação masculina.

Esta escolha poderia não parecer absurda. No fim das contas, no reino etéreo da teoria pura, um capitalismo sem nenhuma forma de discriminação entre os sexos não é inconcebível – e algumas mulheres das classes mais favorecidas não precisam necessariamente ligar a sua sorte à derrubada de toda ordem social existente. Contudo, a realidade não é um reino etéreo; e recusar-se a situar o combate pela emancipação das mulheres ao mais amplo, pela emancipação do proletariado, é de uma miopia muito imprudente.

O capitalismo carrega um cortejo de miséria e opressão, que renova sem cessar o terreno fértil sobre o qual podem prosperar



As "Mujeres Libres", organização anarquista de mulheres durante a revolução e guerra civil espanhola. A emancipação das mulheres está intimamente ligada à emancipação social.

todas as formas de preconceito, como os contra as mulheres. O período em que vivemos o ilustra cruelmente. Mesmo nos países do mundo em que as mulheres conquistaram uma certa emancipação, existe a ameaça permanente de retrocesso. Na França, o aborto continua legal. Mas para quantas mulheres o desmantelamento dos hospitais públicos torna, a cada ano, mais difícil o exercício desse direito? E como afirmar que as correntes reacionárias que, recentemente, fizeram tanto barulho, nunca conseguirão os seus objetivos? Basta olhar para alguns lugares da Europa para se ver a fragilidade de um direito que parecia garantido. Quanto à parte mais pobre do planeta, esmagada pelo subdesenvolvimento e pela guerra, os trinta últimos anos não pararam de mostrar que a bandeira da opressão das mulheres, levantada à guisa de símbolo “antiimperialista” poderia servir neles de derivativo para autênticos combates emancipadores.

Mesmo que muitas correntes feministas tenham acreditado na possibilidade de erradicar a dominação masculina no quadro das estruturas econômicas existentes, aos olhos da corrente comunista, essas escolhas parecem reducionistas e, no fim das contas, de curto prazo. Não somente o combate contra a dominação masculina e o contra a exploração do homem pelo homem não têm nada de contraditório, como nenhum dos dois pode ignorar o outro, sob pena de fracassar.

NOTES

1 cf. Alexandra KOLLONTAI, *Conférences sur la libération des femmes*, La Brèche, 1978 (1921).

2 E. FRIEDL, *Women and Men, an Anthropologist's View*, édition électronique, Partie 1, Illustrative cultures, 1975.

3 MITIARJUK, 1966, p. 540, cité par B. SALADIN D'ANGLURE, « Mythe de la femme et pouvoir de l'homme chez les Inuit de l'Arctique central (Canada) », *Anthropologie et sociétés*, vol. 1, n°3, 1977, p. 80.

4 Lucas BRIDGES, *Uttermost part of the earth*, Century, 1987 (1948), p. 216.

5 Lucas BRIDGES, *op. cit.*, p. 359-360.

6 Catherine & Ronald BERNDT, *The world of the first Australians*, Canberra: Aboriginal Studies Press 1992 [1964], p. 208.

7 Douglas LOCKWOOD, *I, the Aboriginal*, Adelaide : Rigby, 1974, p. 11-12.

8 cf. Maurice GODELIER, *La production des grands hommes*, Flammarion, 1982.

9 Gertrude E. DOLE, « The marriages of Pacho: a woman's life among the Amahuaca » in *Many sisters*, C. MATTHIASON (ed.), London: Free Press, 1974, p. 12-13.

10 Robert F. MURPHY, « Matrilocalité and Patrilineality in Mundurucú Society », *American Anthropologist*, New Series, Vol. 58, n°3, 1956, p. 433.

11 Alan BARNARD, « Sex Roles among the Nharo Bushmen of Botswana », *Africa: Journal of the International African Institute*, Vol. 50, No. 2, 1980, p. 119.

12 Edward Horace MAN, « On the Aboriginal Inhabitants of the Andaman Islands (Part I, II, III) », *The Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, vol. 12, 1883, p. 327.

13 Colin M. TURNBULL, *Wayward servants: the two worlds of the African pygmies*, Eyre and Spottiswoode, 1965, p. 271.

14 Annette HAMILTON, « Dual Social Systems: Technology, Labour and Women's Secret Rites in the eastern Western Desert of Australia », *Oceania*, n°51, 1980, p. 12.

15 Robert GLASSE, « Huli of Papua; À Cognatic Descent System », *Cahiers de l'Homme*, nouvelle série VIII, 1968.

16 Lewis Henry MORGAN, *League of the Iroquois*, Sage & Brothers, Rochester, 1851, p. 323.

17 Philippe DESCOLA, « Le Jardin de Colibri. Procès de travail et catégorisations sexuelles chez les Achuar de l'Équateur », *L'Homme*, vol. 23, n° 1, p. 81.